

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁNA

LAURIANA MARCONDES HÜBL RIBEIRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS PESQUISAS**

CURITIBA

2015

LAURIANA MARCONDES HÜBL RIBEIRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS PESQUISAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Racial, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Msc. Thaís Regina de Carvalho

CURITIBA

2015

*À minha família, pois estas pessoas são
à base de toda a minha vida e também
das conquistas alcançadas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela chance de estar nessa existência e poder ter várias oportunidades, em especial estar concluindo esse trabalho e curso.

Agradeço os meus pais Sebastião e Angelina, a minha querida tia Irene e a minha prima Daiana que vem me apoiando em todos os meus empreendimentos e resoluções.

Em especial agradeço a minha orientadora Professora Thaís Regina de Carvalho que dividiu comigo o seu grande conhecimento, além do que teve muita paciência e tranquilidade em todo esse processo, pessoa muito especial que chegou à minha vida e trouxe muitas coisas boas.

*“Que os grandes esforços
desafiem as impossibilidades,
lembrai-vos de que as
grandes coisas do homem
foram conquistadas do que parecia impossível”.*

Charles Chaplin

RESUMO

A presente monografia apresentará uma revisão bibliográfica sobre as políticas públicas e relações étnico-raciais nas mais variadas áreas da educação, procurando fazer uma análise de como isso está sendo desenvolvido. Serão estudados sete artigos que foram escritos entre os anos de 2003 a 2013, com intuito de ter um pequeno panorama de como o assunto foi tratado em uma década nas pesquisas científicas. Acorados nos estudos sobre educação e relações étnico-raciais consideramos que é de suma importância para uma nação conhecer os povos que fazem parte da sua base de formação, mas principalmente saber valorizar as diferenças de forma sábia, reconhecendo a diversidade étnico-racial enquanto algo positivo. Ao longo das análises das pesquisas observamos que é necessário o conhecimento de todo esse processo e reflexões em prol de uma educação de qualidade. Almejamos com esse trabalho contribuir para as discussões sobre educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-raciais; Políticas públicas; Pesquisas.

ABSTRACT

This monograph will present a literature review on public policy and ethnic-racial relations in various areas of education, looking to make an analysis of how it is being developed. They will be studied seven articles that were written between the years 2003-2013, with the aim of having a small panorama of how the matter was dealt with in a decade in scientific research. Anchored in studies of education and ethnic-racial relations we consider it very important for a nation to know the people that are part of their training base, but mostly know valuing differences wisely, recognizing the ethnic and racial diversity as something positive. Throughout the analysis of the research we noted that knowledge of this process and reflections in support of quality education is needed. We aim with this work contribute to discussions on education of ethnic-racial relations.

Keywords: Education of Ethnic-Racial Relations; Public policy; Research.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Artigos sobre educação das relações étnico-raciais (2003 - 2013).....	27
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: O PRECONCEITO RACIAL POSSUI UMA HISTÓRIA	13
1.1 UMA HISTÓRIA NEGADA.....	15
1.2 NOVA TERRA, UMA VIDA TOTALMENTE MODIFICADA.....	19
1.3 A INFLUÊNCIA DOS NEGROS NA FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA.....	20
1.4 PERTENCIMENTO RACIAL.....	22
CAPÍTULO II: Educação das relações étnico-raciais: Dialogando com pesquisas	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

No decorrer da minha trajetória de trabalho, como professora e pedagoga da Rede Municipal de Educação do Município de Curitiba desde 2003, pude observar várias situações indesejáveis envolvendo a questão das relações étnico-raciais. Ao mesmo tempo o surgimento da Lei 10.639/03, junto com tudo isso também percebi o quanto estávamos despreparados para o trabalho com a temática, diante disso fiz vários cursos para o meu aprimoramento pessoal e buscando novos conhecimentos que pudesse repassar para a equipe. Até que surgiu a oportunidade para realizar essa pós graduação que trouxe um novo olhar sobre a formação do nosso povo e o quanto ainda precisamos melhorar nossas concepções sobre identidades, cidadania e nossas práticas sociais.

Quando pensamos em políticas públicas educacionais voltadas para as relações étnico-raciais o grande problema levantado é como as mesmas estão sendo desenvolvidas, gerenciadas no interior dos sistemas de ensino e, principalmente, as formas de trabalho que vem sendo realizadas e quais possibilidades exitosas já podem ser apontadas.

Mesmo sabendo que existem leis e diretrizes, é interessante lembrarmos que a educação brasileira tem suas responsabilidades subdivididas entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, além das escolas particulares e que toda essa gama de instituições deve contemplar as leis 10.639/03, 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira, além dos outros materiais que buscam subsidiar o trabalho com a temática, visando contemplar a pluralidade de conhecimentos e as riquezas geográficas e sociais que são tão fortes no nosso país.

A implementação dessas leis se faz necessária, principalmente, se pensarmos que infelizmente vivemos em um país que as relações são marcadas pelo mito da democracia racial, no qual é disseminada a ideia de que não existe racismo e preconceito racial, onde todos têm as mesmas oportunidades, ou seja, uma imagem forjada, algo que foi produzido historicamente, mas que não revela a real situação que vivem as camadas mais fragilizadas da sociedade brasileira, onde os indicadores

socioeconômicos mostram um verdadeiro abismo social. Diante disso, setores do governo estão organizando políticas públicas que visam melhorar tal situação, as chamadas ações afirmativas, "cujo objetivo principal é adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abusos de quaisquer tipos" (SANTOS, 2003, p. 336).

Tal contexto justifica a presente pesquisa, em especial no que tange a área educacional uma vez que essa é vista como umas das bases para as mudanças tão almejadas por diversos setores ligados a esses grupos sociais e a sociedade em geral, já que todos desejam melhorias e com elas a justiça e o desenvolvimento do nosso país.

Embora seja um assunto que existe há séculos no Brasil, podemos apontar que nos últimos anos a questão da educação das relações étnico-raciais e das políticas de promoção da igualdade racial estão sendo cobradas cada vez mais por parte de vários segmentos sociais. Tal situação torna o tema do presente projeto de grande relevância no que diz respeito a mudanças e também a atualidade do mesmo. Para que se alcance os objetivos tornou-se necessário organiza-lo e delimita-lo. Sendo assim, sobre o recorte temporal, optamos por estudar os artigos que foram escritos entre os anos de 2003 a 2013, ou seja, um período de 10 anos para que possamos ter um pequeno panorama de como o assunto foi tratado em uma década nas pesquisas científicas. Os trabalhos selecionados são os que trouxeram como tema as políticas públicas educacionais voltadas para o ensino fundamental. A base de dados será a Biblioteca Virtual SciElo¹ e a Revista Eletrônica da ABPN².

Dessa forma, o nosso objetivo geral é: Observar como estão sendo desenvolvidas as pesquisas sobre as políticas públicas na área educacional, voltadas para as relações étnico-raciais, buscando compreender como os resultados das mesmas vem apontando as limitações, rupturas, avanços e permanências a respeito da temática.

Portanto, a presente pesquisa parte do pressuposto da necessidade de formulação de novas políticas públicas no que diz respeito à aplicação da Lei 10.639\03 e sua avaliação, uma vez que apesar de vivermos numa sociedade

¹ <http://www.scielo.org/php/index.php>

² <http://www.abpn.org.br/Revista/>

considerada moderna e tecnológica a cada dia nos deparamos com situações envolvendo discriminação, preconceito e falta de respeito pela pessoa humana. Situações essas, inaceitáveis, principalmente, para um país que tem uma constituição que indica que todos têm direitos iguais, ou seja, é importante ressaltar que indiferentemente de qualquer situação temos os mesmos direitos quanto cidadãos, além do que não devemos esquecer que boa parte da sua população é descendente de africanos. Tudo isso tem envolvimento direto com a questão da gestão de políticas públicas, uma vez que a educação (umas das principais “armas” contra a ignorância) é organizada na sua maioria pelo governo nos seus mais variados níveis e que isso é uma preocupação social que está vindo a tona e com grandes cobranças por vários setores em relação a uma postura mais organizada e até mesmo firme por parte das autoridades. Considerando tais questões, a monografia está subdividida em dois capítulos, o primeiro fazendo um apanhado histórico sobre a questão das relações étnico-raciais e como as mesmas se desenvolveram, o outro é relacionado aos artigos pesquisados, suas relevâncias e diferentes formas de observar uma mesma temática, trazendo novos conhecimentos e perspectivas em relação ao contexto social e educacional brasileiro.

CAPÍTULO I: O PRECONCEITO RACIAL POSSUI UMA HISTÓRIA.

Para entendermos os significados das ações afirmativas e a proposta das leis cujo tema é as relações étnico-raciais, torna-se necessário compreendermos o contexto histórico que levou o governo brasileiro a tomar tais atitudes. Portanto, é importante ressaltarmos que tudo isso é resultado de vários fatores e que esse contexto desencadeou a atual pressão exercida pela sociedade, em especial, pelos participantes de movimentos sociais, mas principalmente por todos aqueles que vêm sofrendo com o preconceito e com a discriminação.

Infelizmente temos a nossa história marcada com a questão da escravização, desde os tempos imemoriais, mas a partir da diáspora africana³ tal situação piorou a níveis elevadíssimos, povos foram dizimados e um continente foi subjulgado, devido à ignorância e a ganância de poucos. Até os dias atuais a sociedade brasileira traz resquícios de tal contexto.

Imersos na concepção da branquidade normativa, muitas pessoas quando pensam em negros logo vem à mente pessoas fragilizadas e escravizadas, dificilmente conseguem pensar em negros e negras que tiveram reconhecimento devido a sua capacidade intelectual, a grandes feitos para a sociedade, a contribuição desse povo para a estrutura da nossa cultura, enfim existe uma ausência de referenciais valorizando a população negra e acabamos tendo um pensamento muito pequeno, claro que tudo isso vem de um contexto histórico preconceituoso e de forma sucinta é um dos motivos para a atual cobrança de mudanças comportamentais, educacionais, sociais e a formulação de leis. Segundo RACHLEFF,

A branquidade de que falam e escrevem (...) não teve conteúdo cultural próprio nem existência independente de uma relação com a “negritude”. Essa branquidade foi criada – e recriada – a partir de uma relação não com a cultura historicamente negra ou africana, ou afro-americana, mas com uma “cultura negra” inventada a partir dos recalques, projeções, desejos e fantasias dos não-negros. (RACHLEFFE, 2004. P. 100).

É notório que somos uma nação impregnada por pensamentos racistas e que o preconceito sempre foi alimentado pelas elites, pela mídia e

³ Ao longo da presente monografia, ancoradas nos estudos sobre ensino de história da África (MALAVOTA, 2013) discutiremos a categoria diáspora africana no sentido de refletir a respeito das vivências históricas das populações de origem africana no nosso país, para além do deslocamento forçado.

principalmente pela branquidade normativa, visão que foi disseminada de várias formas, desde: concepções religiosas (castigo divino), à procura de questões biológicas que provassem a superioridade dos brancos (racismo científico), além da ideia da construção de estereótipos e estigmas, aonde todos devem se encaixar em um único padrão, o qual é “considerado” como correto e perfeito.

No caso do negro brasileiro, a classificação e a hierarquização racial, hoje existentes, construídas na efervescência das relações sociais e no contexto da escravidão e do racismo, passaram a regular as relações entre negros e brancos como mais uma lógica desenvolvida no interior da nossa sociedade. Uma vez constituídas, são introjetadas nos indivíduos negros e brancos pela cultura. Somos educados pelo meio sociocultural a enxergar certas diferenças, as quais fazem parte de um sistema de representações construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais. (GOMES, 2003, p. 77).

Para Nascimento,

(...)aparências distintas foram associadas a supostas diferenças biológicas, constituindo o conceito geográfico de raça. Imaginou-se uma hierarquia de capacidade intelectual e civilizatória em que as raças não européias seriam classificadas como inferiores. A ideia da superioridade da raça branca, supostamente comprovada pela ciência, passou a justificar procedimentos de dominação de outros povos, como a escravidão, a conquista, o colonialismo e o imperialismo” (NASCIMENTO, 2006, p 34).

Marçal (2011) ao discutir sobre as relações raciais no Brasil nos traz a questão do racismo para uma realidade mais próxima, vivida no cotidiano dos negros e negras brasileiros/as na atualidade,

Assim, para a lógica racista no Brasil é inconcebível um negro com aparência simples ser proprietário de um carro EcoSport ou uma negra frequentar um edifício de classe média alta sem estar na condição de empregada doméstica. Entendemos que esses fatos expressam uma traição à ideia negro/inferior que estrutura o imaginário coletivo brasileiro. (MARÇAL, 2011, p. 14).

Isso deixa explícito que o racismo é muito atual, que está muito vivo e que a desigualdade existente entre brancos e negros é resultado de um processo histórico que tinha por objetivo não somente excluir, mas inferiorizar e principalmente convencer a sociedade que esse tratamento é “justo”, aceitável e normal.

1.1 UMA HISTÓRIA NEGADA

No nosso país desde a época da colônia até os dias atuais sempre existiu uma postura permissiva no que diz respeito à discriminação e racismo. O reconhecimento desse triste panorama foi evidenciado com muitas lutas, debates e demonstrações de insatisfação, o que levou as autoridades à começarem a pensar em leis e políticas afirmativas que visam diminuir o abismo que existe entre a realidade e o discurso do racismo a brasileira, procurando com isso corrigir injustiças sociais e promover a inclusão, ou melhor dizendo a valorizar todas as raças/etnias e culturas que formam o nosso povo.

Na história do Brasil, sempre se procurou enfatizar que não havia culpados sobre o escravismo, além dos próprios negros que eram considerados amaldiçoados, ou que deveriam pagar seus pecados, pouquíssimas vezes ou quase nunca se ouviu falar mal das elites e dos verdadeiros errados em todo esse processo histórico, ou seja, uma verdadeira manipulação, que até os dias de hoje é considerada normal! Isso é muito preocupante na sociedade brasileira e na ocidental, que situações terríveis e extremas são consideradas normais. Baseados de forma direta ou indireta na teoria de que os fins justificam os meios, no caso do Brasil a economia precisava do sujeito escravizado, então optou-se por continuar maltratando pessoas (fazendo-as de peças vivas, sem sentimentos, esquecendo todo o seu lado humano, tudo isso sem uma verdadeira explicação, sem se perguntar, simplesmente reproduz).

Parece que era uma terra de ninguém, sem leis, porém não acontecia bem dessa forma, existiam leis antiquadas que retomavam a época dos Romanos para tentar justificar as atrocidades cometidas, sem punir os verdadeiros culpados.

Conforme estudos (MALHEIROS, 1886; FREITAS, 2003) as leis tentavam justificar os erros e não cumprir a justiça, esta por sua vez só existia para poucos, os que podiam pagar por ela e tinham muitos privilégios, se pararmos para pensar isso chega a soar absurdo e quase que ilógico, mas é a realidade de um país que privilegiava a impunidade.

É notório que ao longo da nossa história várias áreas do conhecimento foram utilizadas para justificar o racismo e

o preconceito, inclusive, a educação que também contribui de forma muito desagradável para esse processo excludente, uma vez que serviu de base de apoio para as elites, isentando-se do seu lado democrático e do seu verdadeiro papel de formadora de opiniões e cidadãos. Para Munanga (2005), Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito da democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.(MUNANGA, 2005 p. 15).

Normalmente o conhecimento oferecido aos nossos estudantes em relação à história e cultura africana, afro brasileira e indígena coloca esses grupos em situações vexatórias (inferiorizados, tratados como peças, deixando de lado sua humanidade, cultura e sabedoria).

Nesse momento é interessante destacar a questão dos livros didáticos que na maioria se restringem a informações estereotipadas, de tal modo que a maior parte dos personagens negros são vistos na época da colonização, como escravizados, humilhados e muitas vezes indisciplinados (como se fosse errado lutar pelos direitos e porque não dizer pela própria vida).

Primeiro, são os livros didáticos que ignoram o negro brasileiro e o povo africano como agentes ativos da formação territorial e histórica. Em seguida, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal. A ideologia subjacente a essa prática de ocultação e distorção das comunidades afrodescendentes e seus valores tem como objetivo não oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma auto-imagem positiva, nem dar referência a sua verdadeira territorialidade e sua história, aqui e sobretudo na África. (ANJOS, 2005, p. 175).

Existe um silêncio ensurdecador que cerca a participação da população afrodescendente na história do Brasil, em todos os pontos de vistas sociais, mas em especial na educação, onde não se vê, a contento, materiais ressaltando pontos positivos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Situação que levou a formulação de leis, planos e diretrizes.

Em respeito à Constituição do Brasil e para contribuir efetivamente para a construção da ética necessária ao convívio social e à cidadania, a obra didática não poderá:

- veicular preconceitos de origem, cor, condição econômico-social, etnia, gênero, linguagem e qualquer outra forma de discriminação;
- fazer doutrinação religiosa, desrespeitando o caráter leigo do ensino público.

Qualquer desrespeito a esses critérios é discriminatório e, portanto, socialmente nocivo. (BRASIL, 2003, p. 27)

Diante de tudo o que foi exposto fica claro que o livro didático tem uma função que vai muito além da que é descrita nos dicionários e embutida pelas elites, Negrão faz seu apontamento,

A não representação de personagens negros na sociedade descrita nos livros; a representação do negro em situação social inferior à do branco; o tratamento da personagem negra com postura de desprezo; a visão do negro como alguém digno de piedade; o enfoque da raça branca como sendo a mais bela e a de mais poderosa inteligência; (Negrão, 1988, p. 53)

Munanga (2005) também fala que,

(...) é a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático [...] que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição a sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana". (MUNANGA, 2005, p. 120)

Sobre esse assunto também cabe expor as contribuições de Rosemberg (1987), as quais apresentam que os livros didáticos exercem o papel de reprodução, mas também de produção da ideologia de raça (também de gênero e de idade).

Além disso, devido à falta de conhecimentos adequados, de uma formação que repense toda essa temática, muitos professores ainda trabalham com temas saturados e que não contribuem de forma consistente para os debates sobre o tráfico negreiro, o protagonismo de Zumbi dos Palmares, as leis da abolição, a diversidade das populações indígenas, entre outros aspectos.

Freire, (1963, p.150) descreve os indígenas como "Bandos de crianças grandes, uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição, sem os ossos nem o desenvolvimento das grandes semicivilizações americanas", já sobre os negros, em especial as negras.

Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos de família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava índia. (FREIRE, 1963. p. 360).

Nessas citações de Gilberto Freire fica claro a visão europeia e principalmente o preconceito racial e de gênero em todos os sentidos, uma visão totalmente distorcida pela elite, uma forma horrível de manter o poder, em especial, no que diz respeito ao dominador e o ser dominado (alguém inferior, que tem uma condição fora dos padrões humanos, um ser que tem que pagar pecados).

Jamais devemos nos esquecer das raízes desses povos⁴, das suas culturas ancestrais, que antes da chegada ao Brasil muitos africanos escravizados pertenciam a grandes reinos, que a África é a mãe de muitas civilizações clássicas como a egípcia. Que os mesmos pertenciam as mais diversas organizações sociais, que a cultura africana é muito rica, em especial na arte da oralidade (na transmissão dos conhecimentos ancestrais), na contação de história, sua musicalidade, entre outras, que tudo isso faz parte da vida dos brasileiros, apesar de todas as tentativas de branqueamento podemos ter orgulho das nossas raízes e da nossa bela cultura.

⁴ A partir da década de 1960, um grupo de arqueólogos e paleoantropólogos, encabeçado pelo britânico Louis Leakey, propôs a hipótese de um centro de origem único, que teria sido na África. A alegação desse grupo era de que somente na África existiam registros fósseis que indicavam todo o processo de evolução do *Homo sapiens*, de modo que este teria se originado naquele continente e, posteriormente, se dispersado pelos demais continentes, vindo a substituir as espécies de homínídeos mais antigas de cada região, com o *Homo erectus* na Ásia e o *Homo neanderthalensis* na Europa. A ARQUEOLOGIA DA ÁFRICA E DAS DIÁSPORAS AFRICANAS Luís Cláudio Pereira Symanski, p 71.

1.2 NOVA TERRA, UMA VIDA TOTALMENTE MODIFICADA.

Segundo Antonini (1982):

“O escravo africano era um elemento de suma importância no campo econômico do período colonial sendo considerado “as mãos e os pés dos senhores de engenho porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (ANTONINI, 1982. P. 89).

Isto é, toda a estrutura econômica brasileira daquele período estava atrelada a questão da escravidão.

Após a travessia do Atlântico os escravizados se viam num mar de horrores desamparados, humilhados e com seus laços familiares e de linhagem rompidos⁵ para não perecer mais ainda se viram obrigados a desenvolver estratégias, se reorganizar, repensar suas vidas, mas sem nunca esquecer suas raízes e sua história, enfim, tiveram que se adaptar a nova terra, desenvolvendo novas habilidades e ressignificam costumes e culturas. Porém, foram vitoriosos nas suas lutas e com isso influenciaram toda a forma de viver dos brasileiros, segundo Paiva,

Misturavam-se informações, assim como etnias, tradições e práticas culturais. Novas cores eram forjadas pela sociedade colonial e por ela apropriadas para designar grupos diferentes de pessoas, para indicar hierarquização das relações sociais, para impor a diferença dentro de um mundo cada vez mais mestiço. Da cor da pele à dos panos que a escondia ou a valorizava até a pluralidade multicolor das ruas coloniais, reflexo de conhecimentos migrantes, aplicados à matéria vegetal, mineral, animal e cultural (PAIVA 2001, p. 27).

A diáspora teve várias facetas que foram desde as culturais, econômicas, mas principalmente sociais, uma que ficou muito evidente e demonstrou muita força foi a questão da raça e suas origens. No passado existia uma crença muito forte que as “raças humanas” possuíam diferenças biológicas que demarcavam características marcantes, e isso foi usado de forma indiscriminada como base para a exploração e as mais variadas atrocidades, ou seja, é como se a teoria de Darwin fosse usada de forma muito maldosa, onde determinadas características estivessem prejudicando determinados grupos, ou melhor, fossem utilizadas para a submissão dos mesmos aos “ditos mais fortes”, a famosa relação de dominador e dominado.

⁵ Uma forma cruel desenvolvida pelos dominadores para diminuir a força e possíveis revoltas ou demonstrações de desagrado

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, os sotaques, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 1979, p. 79).

Tais afirmações deixam claro que existe um fator mais social e cultural do que biológico, “Há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem” (AAA, 998; Nat Genet, 2001). Também não podemos deixar de lado que existem diferenças físicas e que isso sempre foi utilizado como pretexto para todo esse contexto histórico. Ou seja, as questões sociais falaram mais alto, o racismo é algo gerado na sociedade, suas estruturas foram socialmente construídas, sem nenhuma comprovação científica, somente a do poder ditado pelas elites. Isso demonstra também que o que é considerado “diferente” assusta, gera medo, e a melhor forma para de se solucionar a situação é tentar dominar. Portanto, a questão das relações raciais estão impregnadas de simbologias para se falar das diferenças e até mesmo das fronteiras existentes entre o que é considerado correto, belo e modelo e o que é o seu oposto, o que gera discórdia, o que foi concebido fora dos ditos padrões.

1.3 A INFLUÊNCIA DOS NEGROS NA FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

A cultura pode ser considerada uma forma de identidade pessoal, grupal e até mesmo nacional, pois demonstra o modo de ser dos indivíduos. No caso do Brasil isso é influenciado além dos vários povos que vivem aqui, também por questões geográficas, climáticas, econômicas, muitos fatores que estão presentes no cotidiano popular e que modificam os costumes, as roupas, a alimentação, as tradições, a religiosidade e outros aspectos que fazem parte da cultura de um povo. “Cultura é este conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. (LEVI-STRAUSS,

apud MELLO, 1986, p. 397). Dessa forma, não podemos dizer que existe uma cultura dita brasileira homogênea, mas sim um verdadeiro mosaico com diferentes vertentes culturais.

É notório que houve intensas trocas culturais entre africanos, indígenas e europeus, isso aconteceu desde os primeiros contatos e continua, tal processo pode ser considerado o fator primordial da riqueza que hoje temos, uma cultura multifacetada.

No que diz respeito à cultura africana, podemos observar essas contribuições em diferentes áreas, entre elas, na culinária, na matriz religiosa, na música, língua, na dança, literatura, bem como nos pensadores, pesquisadores, cientistas, dentre outras pessoas que trouxeram muito conhecimento. Seria difícil dizer como seria a cultura brasileira sem todas essas influências.

Nessa direção, é importante lembrar sobre a pluralidade do continente africano, sendo que entre os africanos existiam muitas diferenças uma vez que os mesmos eram oriundos de vários lugares do continente, com idiomas, tradições e culturas distintas. Vainfas (2001) destaca que na época do Brasil colonial, pouco se sabia sobre a origem étnica dos africanos traficados para o Brasil. Porém, ao longo do período passou-se a designá-los a partir da região ou porto de embarque, ou seja, das áreas de procedência. Mesmo com as diversas origens desses sujeitos escravizados, dois grupos se destacaram: os Bantos e os Sudaneses.

De acordo com Paiva (2001, p. 27),

Pode-se caracterizar este cruzamento cultural como resultante de uma aproximação entre universos geograficamente afastados, em hibridismos e em impermeabilidades, em (re) apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas culturais.

A influencia dos afrodescendentes na nossa cultura tornou possível a construção de identidades muito peculiares, esse cruzamento de aprendizados, informações, gestos e conhecimentos tornou o processo de formação cultural brasileira extremamente rico e criativo.

Também temos a questão da linguagem falada que sofreu um processo de mistura de vários idiomas e dialetos, sendo atualmente muito diferente do português falado na Europa, enfim, temos uma cultura híbrida, cheia de facetas

e maravilhosa, graças a todos os povos que fazem parte da população brasileira.

Infelizmente não podemos esquecer que devido ao elitismo em que vivemos muitas formas de representações culturais são consideradas fora dos padrões “ditos aceitáveis”, em especial se estas fazem parte de um determinado grupo social marginalizado, isso é muito triste, principalmente quando vivemos num país que diz se orgulhar da sua cultura e que exclui de forma “velada” algumas raízes e manifestações, novamente nos deparamos com um discurso, mas com atitudes contrárias a este. Mesmo com essas discrepâncias podemos chegar a seguinte conclusão: não existem representações culturais superiores ou inferiores, mas diferentes, que possuem peculiaridades e que mesmo muitas vezes não sendo aceitas fazem parte do todo que é a cultura brasileira.

1.4 PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL

O verbo pertencer segundo vários dicionários significa ser parte e deste deriva a palavra pertencimento, ou seja, ser alguém que pertence a um determinado grupo ou sociedade. Meyer (2006) destaca a importância do pertencimento como suporte dos “processos pelos quais se constroem fronteiras entre aqueles/as que pertencem e aqueles/as que não pertencem a determinados grupos/populações” (MEYER, 2006, p. 61).

Já a identidade é marcada por sua presença na sociedade e suas contribuições com a mesma, ou seja, nada estanque ou fechado num quadradinho, mas dinâmico e participativo. Para melhor definir a questão da identidade, a mesma não é elaborada isoladamente. Para que um grupo ou uma sociedade configure um determinado processo de auto-afirmação faz-se necessário que exista um outro grupo ou sociedade tomados como contraste (Cardoso de Oliveira, 1976). Já para Valle, (2006) as identidades, porém, não se elaboram a partir de uma polarização estanque entre o eu e o outro. Elas são marcadas por tensões e negociações, colocando-as sempre como realidades construídas mediante as subjetividades das pessoas e do contexto social. Tais afirmações deixam claro que as identidades se formam

diferentemente, tanto no que diz respeito ao grupo ou ao indivíduo⁶. Com efeito, os processos identitários se baseiam no fato de que somos sempre o outro de alguém; o outro de um outro (PLATÃO, 1972; AGIER, 2001).

É muito importante termos tais definições para compreendermos de fato o que é o pertencimento étnico-racial, o motivo de se aceitar como pessoa e como tal pertencente a determinado grupo, de que os famosos padrões sociais nem sempre estão “corretos” ou até mesmo são “tão bons” para todos, estamos falando de diversidade, não tem como se exigir que todos sejam exatamente iguais, isso não faz parte da natureza humana, uma vez que todos somos diferentes, é interessante pensarmos que ao mesmo tempo existe uma luta constante por direitos iguais, mas não somos iguais, na verdade todos deveríamos ser respeitados por quem somos, pessoas que podem viver a sua maneira trazendo grandes contribuições para o todo, mas isso é muito perigoso para os dominadores que não saberiam o que fazer com tal situação.

Devido a todo o contexto histórico brasileiro permeado por racismo, preconceito e estereótipos do que realmente significa ser humano, muitas pessoas tem dificuldades em reconhecer o seu pertencimento étnico-racial, não devemos esquecer que existiu e ainda de certa forma existe uma cultura do branqueamento e o predomínio do pensamento europeu que todos os que estejam fora dos “ditos padrões” não são “dignos”, ou melhor dizendo, são inferiores e sempre vão ser, parece que falamos da época do Brasil Colônia, porém é um pensamento velado e até mesmo dito como inaceitável, mas que ainda existe!.

(...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA 1994, p.177-178).

⁶ Nilma Lino Gomes também estuda a questão da identidade no seu artigo: Alguns termos e conceitos presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>

É importante que as pessoas conheçam suas origens, que percebam que seu povo foi e é muito importante para o nosso país e para o mundo, que existem personalidades e lideranças fazendo a diferença nas melhorias sociais, que os negros não são apenas os “coitados”, os subjulgados, como fomos ensinados durante anos pelo sistema educacional, mas que são sujeitos ativos e de direitos, com conhecimentos de mundo e ancestrais, que conseguem grandes feitos, pois tem muita capacidade e força para vencer os desafios, o mundo está cheio de bons exemplos.

Com o objetivo de cultivar a memória de lideranças negras que marcaram a história do Brasil e do mundo, a Fundação Cultural Palmares⁷ criou, no seu portal na internet um espaço para personalidades negras e ícones da luta contra o preconceito e em favor da cultura negra, uma iniciativa positiva para o incentivo ao orgulho negro, cultura. É muito importante que os professores apresentem esse tipo de material para os alunos, além de outros que falam sobre a temática, como por exemplo a Cor da Cultura⁸, isso vai servir de apoio da aquisição de novos conhecimentos. Também é interessante destacar que existem núcleos de pesquisas sobre a temática como o NEAB da Universidade Federal do Paraná que desenvolvem estudos científicos, trazendo novos conhecimentos.

Desde o Brasil Colônia houveram movimentos e discussões sobre a situação e a realidade do negro, na verdade isso acontece desde que começou a questão da diáspora africana, mas isso se intensificou nos últimos anos quando a sociedade vem se organizando e cobrando mais das nossas autoridades, em especial na questão educacional exigindo que a escola seja um espaço renovado, democrático, de conhecimentos científicos que promova a igualdade social, ou seja, contrária a discriminação e a ideologia racista, a precursora de um novo paradigma.

⁷ Link <http://www.palmares.gov.br/?p=8482#>

⁸

Link <http://www.acordacultura.org.br/artigos/29082013/a-influencia-africana-no-processo-de-formacao-da-cultura-afro-brasileira>

A Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (v. 5, n. 11 • jul.– out. 2013 • p. 55-82) nos traz alguns esclarecimentos,

Na década de 1980, quando ocorreu o processo de redemocratização do país, após o fim da Ditadura Civil Militar (1964-85), as demandas pautadas pelos movimentos sociais negros foram levadas para o debate político no Parlamento. Assim, na fase da elaboração da Constituição de 1988, foi organizada a *Convenção Nacional do Negro pela Constituinte*, que sistematizou as propostas acumuladas pelo Movimento Negro brasileiro para serem inseridas no texto da Constituição em elaboração. Durante a Assembleia Constituinte (1987-88), formou-se também a *Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias*. Concretamente, ao ser promulgada a Constituição, em 1988, das propostas encaminhadas sobre o tema da educação, após inúmeras modificações e muito debate e embate no Plenário Legislativo Federal, foi aprovado o *Capítulo III; Da Educação, da Cultura e do Desporto*, com 13 artigos (Constituição Federal Brasileira, 1989, p. 91-94). Além disso, temos o Artigo 242, cujo parágrafo 1º “determina” que o “ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (Constituição Federal Brasileira, 1989, p. 103)”.

Dessa forma, torna-se explícito que os sujeitos estão demonstrando a insatisfação com o sistema e a forma excludente que alguns grupos são tratados, num país que se orgulha em dizer que é democrático tudo isso culminando com a homologação da Lei 10639\03 que altera o artigo 26 -A da LDB.

CAPÍTULO II – Educação das relações étnico-raciais: Dialogando com pesquisas

O ser humano normalmente sente insegurança diante do que é considerado “diferente”, ou melhor dizendo desconhecido, no caso do preconceito racial isso poderia até ter acontecido no início pelas diversas diferenças físicas e culturais, mas não pode ser utilizado como desculpas para tudo o que aconteceu, até mesmo pelo o que continua acontecendo, uma vez que nossa sociedade foi estruturada sobre valores prioritariamente eurocêntricos. Segundo Mezan (1998),

Preconceito “é o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo, e portanto adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem”. (MEZAN, 1998, p. 226).

É importante se ter em mente que o preconceito é fruto da falta de conhecimento, devido a isso é de suma importância que sejam feitos estudos e pesquisas desmistificando vários conceitos e trazendo novos conhecimentos e argumentos sobre a temática, com isso esclarecendo dúvidas e em longo prazo ajudando no processo de melhorias sociais. Tudo isso justifica a proposta de levantamento, observação e análises de alguns artigos, podendo assim, se verificar, mesmo que de forma sucinta, o processo de pesquisa e o que tem ocorrido nesse âmbito.

O processo de coletas de dados foi pautado sobre a ideia das políticas públicas e a sua articulação com várias áreas (formação de professores, formulação e implementação da lei, identidades, etc), porém durante sua organização houve mudanças na sua forma de estruturação, a principio tinha-se pensado numa pesquisa de campo, porém, após observações chegou-se a ideia de se trabalhar com vários artigos e observar a consonância entre eles sobre a temática, além das divergências existentes. Para tanto foram usadas como palavras chaves na pesquisa dos artigos: práticas pedagógicas, criança negra, identidade, educação das relações étnico-raciais, formação de professores, gestão democrática, implementação da Lei 10.639/2003, entre outras.

Dessa forma serão observados os seguintes artigos:

ARTIGOS	AUTORES	ANO	FONTE	ASSUNTO
1. Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços.	Florentina da Silva Souza; Leticia Maria da Souza Pereira.	2013	Scielo	IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003
2. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores.	Martha Abreu; Hebe Mattos	2008	Scielo	IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003
3. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios.	Sônia Querino dos Santos e Santos ^I ; Vera Lúcia de Carvalho Machado ^{II} .	2008	Scielo	AS POLÍTICAS PÚBLICAS
4. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas	Tatiane Consentinho Rodrigues e Anete Abramowicz.	2013	Scielo	AS POLÍTICAS PÚBLICAS

políticas e pesquisas em educação.				
5. Apontamentos sociojurídicos sobre o tema “Políticas Públicas de Ação Afirmativa para negros no Brasil”.	Luiz Fernando Martins da Silva.	2010	ABPN	AS POLÍTICAS PÚBLICAS
6. A Lei no.10.639/03 e a formação de professores: trajetória e perspectivas.	Tânia Mara Pedroso Müller e Wilma de Nazaré Baía Coelho	2013	ABPN	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O TRABALHO COM A TEMÁTICA.
7. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.	Nilma Lino Gomes	2003	SciELO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O TRABALHO COM A TEMÁTICA.

QUADRO 1: Artigos sobre educação das relações étnico-raciais (2003 - 2013).

FONTE: Dados coletados nas revistas eletrônicas SciELO e ABPN (2015)

Como já foi dito anteriormente diante do nosso processo histórico e muitas cobranças o Estado Brasileiro criou leis e mecanismos que visam auxiliar no processo de construção e melhorias para uma sociedade mais justa e igualitária, na questão da educação uma das propostas mais fortes foi à implementação da Lei 10.639/2003, a qual gerou mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, tornando dessa forma obrigatória o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, assim trazendo a tona

um novo rol de conhecimentos e a desmistificação da questão da branquidade normativa e suas consequências.

Assim a formulação das políticas públicas é um instrumento muito sério, que serve como base para o trabalho a ser desenvolvido nas mais variadas dimensões educacionais. Elas partem do próprio governo, depois de estudos e pesquisas, mas também são influenciadas por pressão popular, ainda mais nos tempos atuais, onde diversos grupos estão se mobilizando e cobrando mais agilidade em determinados assuntos. Silvério (2005) nos apontada que,

A Constituição de 1988 representa um marco para a construção de uma sociedade inclusiva. As mudanças na Constituição política são reflexos da correlação de forças entre grupos que disputam o poder, neste, os movimentos sociais - negros e indígenas em especial- ganham relevância por assumirem a luta contra a opressão recebida em virtude de suas diferenças étnico-raciais e culturais. (SILVÉRIO, 2005, p. 88).

Assim torna-se imprescindível uma grande reflexão a respeito da dinâmica social e cultural de um país no que diz respeito à educação e todas as suas implicações, que deve existir uma interação entre os projetos nacionais de desenvolvimento, os quais precisam se articular percebendo a interlocução que existem com os movimentos pedagógicos/educacionais e as demandas da sociedade organizada e que partindo de tudo isso podem acontecer também posições contrárias à determinada política pública e que isso pode ser discutido democraticamente.

As políticas públicas influenciam em tudo, nesse momento salientamos o que Gomes (2003) nos traz no seu artigo: “Educação, identidade negra e formação de professores\as: um olhar sobre o corpo negro e cabelo crespo”, no qual nos fala sobre as políticas públicas voltadas a formação de professores,

,A formação de professores/ras tem sido uma preocupação constante do campo da educação. O MEC, a universidade, os centros de formação de professores, as escolas, enfim, todos se preocupam e concordam que é preciso hoje formá-los mais adequadamente tanto em seu percurso inicial quanto em serviço. (GOMES, 2003, p 169.)

É notório que o governo e outras instituições estão demonstrando preocupação em relação à formação dos professores, algo muito importante, uma vez que esse profissional é quem tem contato mais próximo com os estudantes, mas para que isso exista é necessário a articulação entre os vários processos educativos que vão desde os escolares até os não-escolares, ou seja,

a educação em todos os seus âmbitos (formais e informais) e a inserção de novas temáticas e discussões no campo da formação de professores/as.

Ainda focando nas políticas públicas de ação afirmativa, Silva (2010) no seu artigo: “Apontamentos sociojurídicos” aborda sobre o processo histórico que,

Emergem as políticas públicas de ação afirmativa (PPAA), as quais, cada vez mais, ganham visibilidade e aplicação na sociedade internacional, haja vista que, em quase todos os Estados integrantes do Sistema das Nações Unidas (ONU), alguns de seus mecanismos (cotas, percentuais, incentivos fiscais, prioridade em concorrências etc) são adotados para fortalecer algum tipo de população vulnerável (afrodescendentes, mulheres, pessoas com deficiências, minorias religiosas, minorias de gênero, etc.) Norteados pelos princípios jurídicos da igualdade material, da não discriminação e da discriminação positiva, esses Estados deram os primeiros passos no sentido de universalizar essa nova modalidade jurídica de política social de viés particularista, bem como incentivaram à estruturação administrativa da máquina pública visando à elaboração, à gestão e ao controle social dessa. (SILVA, 2010, p. 218).

Isso vem ocorrendo em busca da superação dos acontecimentos ocorridos na II Guerra Mundial, em especial a partir da década de 1950 com a elaboração de instrumentos internacionais de projeção dos direitos humanos e a formação da ONU, nesse momento também se repensou outras minorias que foram excluídas ou tratadas de forma desumana, notadamente com recorte étnico-racial, almejando a erradicação do racismo e da discriminação. Ele salienta que no caso do Brasil as políticas públicas de ação afirmativa, ainda são tímidas, sendo concentradas no âmbito da educação pública superior.

Santos e Machado (2008) no artigo: “Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios” também remetendo ao histórico social e político para o surgimento das políticas públicas de ações afirmativas, em especial a América Latina e o nosso país, enfatizaram as reivindicações dos movimentos negros,

A América Latina passou por ampla reforma constitucional a partir dos anos 1990 e, isso explica a reconstrução do Estado democrático de direito depois das duas décadas de autoritarismo, de meados de 1960 até meados da década de 1980. Nesse sentido, as reformas constitucionais no que toca às diversidades raciais, trouxeram como novidade a concepção de sociedades e nações pluriétnicas e multiculturais”. (GUIMARÃES, 2006, p. 277.)

Já Gomes (1997) diz que é necessário,

Pensar a educação brasileira do ponto de vista do povo negro é compreender que o processo de exclusão deste segmento étnico/racial não acontece somente em nível ideológico, que se faz notar na reprodução de estereótipos racistas nos livros didáticos, na baixa expectativa do professor em relação ao aluno negro, na veiculação de teorias racistas, na folclorização da cultura negra, mas também na existência de um sistema de ensino pautado em uma estrutura rígida e excludente que representa campo fértil para a repetência e a evasão. (GOMES, 1997, p. 24).

É desse tipo de pensamento que surge a necessidade de se desenvolver as políticas públicas voltadas para a democratização da educação, políticas de promoção da igualdade racial e de reeducação das relações étnico-raciais, e da sociedade em geral. Já Rodrigues e Abramowicz (2013) no seu artigo: “O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação” trazem uma outra perspectiva focada nos governos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva,

No que tange às políticas públicas de diversidade analisadas, referentes ao primeiro Governo Lula, verifica-se que o tema da diversidade não foi tratado de uma forma coerente em todas as Secretarias do MEC, conforme apontado no texto, sendo trabalhado ora numa perspectiva interculturalista, ora num viés multiculturalista, ora embaralhando os conceitos, o que termina por refletir nas políticas públicas, gerando ações pouco articuladas. Além disso, o gasto do MEC com políticas de diversidade ainda é tímido - tanto do ponto de vista absoluto, quanto do ponto de vista relativo - e insuficiente para reverter qualquer lógica. A ampliação da temática na agenda pública durante o primeiro Governo Lula foi um avanço significativo em relação aos governos anteriores, principalmente por ser também resultado da participação dos movimentos sociais na construção de um plano de governo. No entanto, ainda não se verifica a inclusão significativa das políticas de diversidade no orçamento e no Plano Plurianual, o que seria importante para efetivamente deslocar a temática do campo da retórica para o campo da ação pública”. (RODRIGUES E ABRAMOWICZ, 2013, 27.)

Através das leituras em especial sobre a questão de políticas públicas, é notório que existe a preocupação por parte do governo, mais ainda por parte da sociedade e dos grupos organizados, mas a maioria dos autores pesquisados ainda estudam o histórico. Dessa forma, podemos apontar que embora possamos contar com leis e diretrizes ainda falta algo para concretização das políticas na educação básica. E talvez reflexões sobre essas ausências seja uma das possibilidades para a melhoria na qualidade da educação, na

formação dos novos cidadãos e para a mudança social tão almejada e desperte mais interesse para próximas pesquisas.

Partindo do pressuposto de que para que as Leis e Diretrizes possam ser executadas de forma coerente torna-se fundamental a organização dos sistemas educacionais e das próprias unidades. Para tanto é necessário uma gestão que permita tal situação em todas as instancias, dessa forma esse é um ponto primordial, uma vez que ainda percebemos tantas dificuldades e limitações nas formas de interpretação e tradução das políticas. Nessa direção, torna-se importante à questão do conhecimento, de se estudar, se discutir e principalmente se formar e posteriormente se consolidar novos saberes que possam ser repassados aos estudantes e através deles a toda comunidade escolar, ou seja, um verdadeiro processo democrático. Cury (2007) apresenta uma concepção de gestão democrática bastante interessante,

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37) (Brasil, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadão e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática (CURY, 2007. p. 12).

Não devemos esquecer que há anos ouvimos falar de gestão democrática, onde já foram feitos vários estudos e pesquisas, mas ainda estamos no começo da caminhada, estamos falando de dois assuntos muito delicados a questão das Leis que vem mexendo com todo um contexto histórico sobre situações raciais e sobre a própria democracia no que diz respeito à gestão. A luta pela democratização da sociedade brasileira pode ser uma das maneiras para se consolidar a formação de cidadão conscientes.

No artigo: “Implementação da Lei 10.639\2003: mapeando embates e percalços”, as pesquisadoras Souza; Pereira (2013) utilizaram-se de aplicação de questionários de sondagem com gestores das escolas escolhidas. Nesse processo procurou-se identificar o desenvolvimento e aplicação das práticas pedagógicas e ações efetivas para a implementação da lei, ou seja, como a gestão auxiliou no processo. Mesmo existindo diretrizes e a própria Lei no decorrer da pesquisa, segundo as autoras evidenciou-se que ainda existem muitas duvidas de como se fazer na prática, isso fica bem nítido quando as

escolas pesquisadas registram suas práticas pedagógicas. Em duas delas foram organizadas uma disciplina chamada: "História e Cultura Afro-Brasileira", isso foi organizado com o aval da Secretaria de Educação dos municípios, essas mesmas Secretarias se propuseram a ofertar cursos para os docentes dessa determinada disciplina. Sobre esse assunto as autoras fazem algumas colocações,

Entendemos a tentativa das secretarias municipais de atender ao que exige a Lei, entretanto, a criação de disciplinas isoladas e específicas não propicia o alcance dos objetivos da legislação nem evidencia os fundamentos teórico-metodológicos da disciplina, o que prejudica bastante a implementação da citada Lei, de modo que se torna difícil afirmar se as práticas refletem ou ecoam propósitos políticos de reparação quanto ao silenciamento da participação ativa dos negros e negras e suas culturas na formação da história, cultura e riqueza do país, ou ainda quanto ao seu papel na afirmação de identidades culturais colocadas à margem do discurso nacional. (Souza; Pereira, 2013, p. 55)

Em outras escolas foram desenvolvidos projetos individuais específicos para a temática, sob a responsabilidade de determinados professores que agiram individualmente na coordenação e elaboração de atividades, mesmo que com o apoio do gestor ficam aqui algumas reflexões: será que isso realmente alcança o que é almejado na lei? Uma vez que demonstram ser ações desvinculadas das atividades curriculares, não se percebe a participação ativa de todo o colegiado e muito menos a integração da comunidade? Aqui nesse ponto é interessante pensarmos um pouco sobre currículo, o qual para Sacristán (2000),

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, Expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam. (SACRISTÁN 2000, p. 15-16).

A questão do currículo ainda, repercute dúvidas nos profissionais, pois é algo que tem mudado seu significado nos últimos tempos, trazendo com isso uma nova forma de pensar a escola, a educação e tudo o que isso significa, ou

seja, o currículo é muito mais que apenas os conteúdos, o mesmo demonstra como a escola é, ou seja, a sua cara, o seu jeito de ser.

Já em outras duas escolas as pesquisadoras observaram práticas pedagógicas que estão mais de acordo com as exigências da lei, pois são articuladas entre si e fazem realmente parte do todo da escola, tais como: gincanas, apresentações, exposições, confecção de livros, oficinas. Mesmo assim, Souza; Pereira (2013) fizeram críticas sobre a forma como isso foi desenvolvido, as metodologias e os conteúdos aplicados que não estavam atualizados. As situações citadas acima evidenciam que ainda temos um grande caminho pela frente, que são necessários muitos estudos buscando com isso mudanças. Também demonstram que existe a preocupação com a execução da lei e como uma gestão pode influenciar de forma positiva ou negativa nesse processo.

A gestão educacional pode ser identificada como um elemento importante que vários dos artigos pesquisados fizeram menção a temática: Partindo de outro ponto de vista Abreu e Mattos (2008) se debruçaram sobre documentos oficiais tais como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Diretrizes e outros documentos que embasam o trabalho do gestor e demais profissionais da educação, além de ser a materialização de algumas políticas públicas.

Já Gomes (2003) aponta que a discussão deve ocorrer na questão da formação de professores e que os processos gerenciais podem auxiliar nisso,

A formação de professores/ras, sobretudo a que visa a diversidade, deveria considerar outras questões, tais como: como os/as professores/ras se formam no cotidiano escolar? Atualmente, quais são as principais necessidades formadoras dos/das docentes? Que outros espaços formadores interferem na sua competência profissional e pedagógica? Que temas os/as professores/ras gostariam de discutir e de debater no seu percurso de formação e no dia-a-dia da sala de aula? E que temáticas sociais e culturais são omitidas, não são discutidas ou simplesmente não são consideradas importantes para a sua formação profissional e para o processo educacional dos seus alunos? Será que a questão racial está incluída nessas temáticas omitidas ou silenciadas? (GOMES, 2003, p 169.)

Sobre a questão da gestão percebemos que existem certas semelhanças no que foi posto nos artigos, essencialmente a respeito da importância para que realmente as ideias sejam colocadas em prática, mas que ainda é um campo muito fértil para novas pesquisas.

Dando continuidade vamos enfatizar alguns dos documentos existentes que embasam o trabalho educacional, começando com a pesquisa realizada por Abreu e Mattos (2008). Nesta, as autoras nos falam um pouco sobre os PCN's que foram validados pelo MEC no ano de 1996 e especificam a necessidade de se trabalhar com a diversidade, através dos seus temas transversais e a questão da pluralidade cultural que existe no nosso país, foi o passo inicial para a busca da democratização na educação, mas as pesquisadoras fazem ressalvas, pois os mesmos demonstram ideias do nosso Brasil sem diferenças, reforçando o mito da democracia racial, além de ter enraizado a concepção de cultura uniforme, o que no cotidiano não existe. Enfim, é um documento que procura trazer mudanças (o que é um passo), mas ainda é apegado a algumas concepções que ferem a ideia de mudança social (a velha história de uma cultura se sobressair à outra, através da ideia de "igualdade"), ou seja, algo um tanto contraditório, ao mesmo tempo em que tenta ampliar os conhecimentos, é extremamente voltado à ideia da mestiçagem e branquidade normativa.

Nos PCN's podemos notar que existe a preocupação com o estudo das relações étnico-culturais, mesmo sem uma proposta específica e até com algumas ideias distorcidas foi algo importante para a formulação das políticas públicas posteriores, mas também gerou muitas críticas.

O próprio texto da Lei e das Diretrizes deve ser muito estudado nas instituições escolares, com isso sanando dúvidas e servindo de base para o trabalho pedagógico. Sobre as Diretrizes, segundo o site⁹ da Casa Civil da Presidência da Republica,

A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica

⁹ (http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm):

e política pertinentes à História do Brasil. 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. § 3º (VETADO) "Art. 79-A. (VETADO) "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

A divulgação das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana trouxe novos desafios e principalmente despertou a noção que era preciso estudar e buscar novos conhecimentos sobre diversas questões (racismo, cultura, identidade, entre outros), gerando com isso debates e discussões e conseqüentemente reflexões sobre o contexto histórico brasileiro e suas repercussões na vida dos sujeitos.

Outro documento que é primordial para a vida e o desenvolvimento de uma instituição escolar é o Projeto Político Pedagógico que jamais deve ser esquecido, isso em todos os sentidos, mas em especial a sua função política que expressa todo o processo educacional e repercute na formação da comunidade escolar. Como afirma Mészáros (1993), o Projeto Político Pedagógico trata-se de,

(...) se apoderar do imediatamente rico "processo de vida ativo"
 (...) dentro de uma bem definida estrutura teórica orientada pela práxis com a finalidade de elaborar a grande variedade de fatores envolvidos no exame da atividade prática de homens, desenvolvidos historicamente de acordo com determinadas "premissas materiais" e, desse modo, reconstituindo de maneira dialeticamente ativa a própria estrutura teórica (...) [assim] "a questão toda pode ser retratada na sua totalidade". (MÉSZÁROS, 1993, p.138).

Dentro dessas premissas o Projeto Político Pedagógico é algo aberto que faz parte da vida da instituição, que deve contemplar a realidade, feito através de discussões, é considerado algo não acabado que pode ser revisto e até mesmo reorganizado sempre que se ache necessário.

Gomes (2003) faz reflexões sobre a formação de professores, mas aguça o nosso pensamento em outras perspectivas quando coloca no seu artigo o seguinte trecho,

Seria simplificar o problema dizer que tudo o que produzimos sobre a questão racial na educação e em outras áreas do conhecimento pode ser aproveitado e aplicado na formação de professores. Estamos diante do desafio de analisar a produção acadêmica existente sobre relações raciais no Brasil e discutir quais aspectos dessa produção devem fazer parte dos processos de formação dos docentes. Resta ainda outro desafio, o de descobrir como a produção sobre o negro e sua cultura, realizada por outras áreas do conhecimento, poderá nos ajudar a refletir sobre a temática negro e educação, enriquecendo e apontando novos caminhos para o campo da formação de professores. (GOMES, 2003, p. 169)

Tais colocações nos levam a pensar na questão do livro didático e demais materiais utilizados no cotidiano com os estudantes, sobre a qualidade dos mesmos em todos os sentidos, mas em especial se não contribuem com a manutenção e reprodução do preconceito e discriminação. Não devemos esquecer que até um tempo atrás a escola enfatizava o negro escravizado e outras conotações depreciativas e estereotipadas.

A crítica e a superação de discriminações raciais nos livros didáticos foram objeto de preocupação no *Relatório do Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata* (BRASIL, 2001), nos tópicos referentes a negros e indígenas, não sendo tratadas pelos demais grupos (ciganos, homossexuais, portadores de deficiências, migrantes e comunidade judaica) contemplados no relatório. No caso da *comunidade negra*, a medida proposta foi a "revisão dos conteúdos dos livros didáticos visando a eliminar a veiculação de estereótipos" ((BRASIL, 2001, p. 26).

Nessa mesma Conferência Mundial ficou estabelecido que:

Exorta que a UNESCO apóie os Estados na preparação de materiais didáticos e de outros instrumentos de promoção do ensino, com o intuito de fomentar o ensino, capacitação e atividades educacionais relacionadas aos direitos humanos e à luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. (apud SILVA Jr., 2002, p. 9)

Nota-se que está existindo uma preocupação mundial com a temática das relações-étnico raciais vinculadas aos livros didáticos, o que é muito bom, pois tem grandes chances de ajudar a desmistificar vários assuntos e fatores. Também observa-se que existem muitos documentos que auxiliam

no trabalho, além de várias pesquisas e estudos¹⁰ que demonstram as diferenças entre como os brancos e os negros são representados nos livros didáticos, os estereótipos existentes e até mesmo a força que esse mecanismo tem em relação à formação das identidades das pessoas. Acreditamos que com o tempo a situação da educação vai melhorar e trazer novas mudanças e quebras de paradigmas. Nesse momento após analisarmos várias questões, é necessário retomarmos a discussão sobre a formação continuada dos profissionais da educação. É importante salientar que todos, deveriam ter acesso a informações sobre a temática das relações étnico-raciais, pois a escola é única e faz parte de uma comunidade que precisa e tem direito a ter acesso a esses conhecimentos e informações, através de um trabalho coletivo e democrático.

Não devemos esquecer que a educação possui várias facetas e não se reduz apenas à escolarização, ou a chamada educação formal, ela é um amplo processo que ajuda a constituir a nossa humanização e acontece em vários espaços. Como diz Brandão (1981),

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, a necessidade da existência de sua ordem. (1981 p. 10-11).

E mesmo essa educação dita informal deve fazer parte dos estudos nos cursos de formação, pois fazem parte do processo social, no qual a escola está inserida. Além disso, Gomes salienta que devemos compreender o que é identidade: A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social.

Ela também diz que:

¹⁰ Podemos citar o artigo: Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos escrito pelos professores: Paulo Vinicius Baptista da Silva; Rozana Teixeira; Tânia Mara Pacifico.

Nesse sentido, quando pensamos a articulação entre educação, cultura e identidade negra, falamos de processos densos, movediços e plurais, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais. Processos que estão imersos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história (GOMES,2003, p. 171).

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (GOMES,2003, p. 171).

A autora coloca um grande desafio, incorporar na formação de professores conhecimentos sobre cultura, educação e identidade negra, procurando com isso gerar discussões, novas dúvidas e possíveis diferentes desdobramentos.

Müller; Coelho (2013) também ao discutir sobre formação continuada nos apresentam outra abordagem. Através do artigo: “A Lei no.10.639/03 e a formação de professores: Trajetórias e perspectivas” elas iniciam dizendo: Ainda nos assombra o desconhecimento por parte de alguns professores e gestores do que emana a Lei nº.10.639/03, apesar de ter completado 10 anos de existência. Também discutem os movimentos políticos que levaram a elaboração da lei. Além de reportarem a outros fatores, como das grandes repercussões pedagógicas, incluindo nisso a formação de professores. Assim reconhece-se que é necessário muito mais do que garantir vagas para os afrodescentes nos bancos escolares, é preciso valorizar a história e cultura desse povo. É importante salientar que o estudo dessa temática não diz respeito somente à população negra, mas a todos os brasileiros, uma vez que se deve educar todos os cidadãos para que os mesmo sejam atuantes na sociedade e com isso contribuir para a formação da democracia, dessa forma a escola é vista como um lugar importante na formação de identidades.

Enfim, os dois artigos que tratam sobre a formação de professores deixam perceber que é uma obrigação dos governos e mantenedoras ofertarem cursos de formação, mas que ainda é preciso aprimorar esse procedimento com muitos estudos e pesquisas e somente assim vamos poder colocar as leis e diretrizes em prática de forma satisfatória, mas também

percebemos que é um grande desafio para os gestores dos sistemas proporcionarem a qualificação adequada e necessárias aos profissionais da educação.

Os artigos de modo geral mesmo que em perspectivas diferenciadas convergem ideias, trazendo críticas e questionamentos, demonstrando que existe ainda um imenso caminho a ser percorrido pela educação e seus profissionais e também o quanto o racismo e suas ideias ainda são fortes dentro de cada um de nós. Para que a prática dentro de sala de aula tenha significado e seja coerente trazendo com isso reflexões para os nossos estudantes é necessário que os professores também tenham um conhecimento adequado e bem estruturado, isso ainda é algo que deve ser alcançado. Esses estudos vão muito além de questões étnico-raciais, mas dizem respeito à própria concepção de uma reeducação das relações étnico-raciais e para que a mesma exista, torna-se necessária uma (re)formulação de currículo, refletindo sobre as múltiplas representações, diversas culturas e identidades, enfim uma infinidade de questionamentos que vão surgindo, mas que são fundamentais para todos os estudiosos, principalmente, para a nossa sociedade que ainda demonstra muitas fragilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido após percebe-se a importância das políticas públicas para o processo educativo no nosso país, uma vez que as mesmas direcionam o fazer pedagógico em várias instâncias e demonstram as necessidades e até mesmo certas cobranças sociais, no caso das políticas públicas envolvendo a questão das relações étnico-raciais isso fica muito evidente, pois após anos de cobranças e reivindicações iniciou-se um processo na busca de mudanças e avanços.

Para facilitar a organização esse trabalho foi dividido em dois capítulos, o primeiro esboçando um pequeno histórico sobre as relações étnico-raciais no Brasil, trazendo questões importantes que ainda interferem no nosso cotidiano. Para iniciar não podemos esquecer a diáspora africana, não somente no sentido do deslocamento forçado de pessoas, mas em especial no que isso transformou a vida destas, as adaptações que as mesmas tiveram que fazer para preservar sua cultura ancestral, lembrando que elas foram oriundas de vários lugares da África e que trouxeram muitos conhecimentos. Durante o processo de pesquisa ficou notório que na época do Brasil colônia procurou-se enfatizar que não havia culpados sobre o escravismo, houve uma grande manipulação por parte das elites, fazendo com que tudo o que aconteceu fosse considerado “normal”, que isso fazia parte do crescimento do país. Devido a esse processo histórico com o passar do tempo surgiu a questão da branquidade normativa, o mito da democracia racial, procurou-se de várias maneiras através do pensamento eurocêntrico “moldar” as pessoas e até mesmo a cultura brasileira, o que gerou o racismo que vemos até os dias atuais.

Já o segundo capítulo fala dos artigos pesquisados envolvendo as políticas públicas em vários âmbitos da educação, formação de professores, formulação e implementação de leis, identidades, gestão democrática, entre outros, procurou-se fazer um diálogo entre os mesmos, observando pontos de consonância e de divergência, o que poderíamos encontrar de interessante sobre a temática.

Para tanto as principais fontes de pesquisa foram a Biblioteca Virtual SciELO e a Revista Eletrônica da ABPN. Optamos por estudar os artigos que foram escritos entre os anos de 2003 a 2013, ou seja, um período de 10 anos para que possamos ter um pequeno panorama de como o assunto foi tratado em uma década nas pesquisas científicas, enfatizamos o ensino fundamental. Nesse momento verificou-se que não existem muitos artigos enfatizando as políticas públicas, o que gerou uma sensação de preocupação uma vez que isso é muito importante para o desenvolvimento da educação.

Foram selecionados 7 artigos: Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços; Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores; Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios; O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação; Apontamentos sociojurídicos sobre o tema "Políticas Públicas de Ação Afirmativa para negros no Brasil"; A Lei no.10.639/03 e a formação de professores: trajetória e perspectivas e Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Nesse processo de pesquisa e discussão foram destacados alguns pontos relevantes envolvendo as políticas públicas: gestão democrática, formação de professores, documentos (PCNs, projeto político pedagógico, as próprias leis e diretrizes, o currículo), ações afirmativas, formulação e organização de livros didáticos.

Os artigos de modo geral mesmo que em perspectivas diferenciadas convergem ideias, trazendo críticas e questionamentos, demonstrando que existe ainda um imenso caminho a ser percorrido pela educação e seus profissionais e também o quanto o racismo é forte. Mas para que as leis e diretrizes sejam colocadas em prática é necessário conhecimento sobre a temática e até mesmo sobre o nosso processo histórico, os profissionais da educação precisam ser capacitados e esses estudos vão muito além de questões étnico-raciais, mas dizem respeito à própria concepção de uma reeducação das relações étnico-raciais e para que a mesma exista, torna-se

necessária uma (re)formulação de currículo, refletindo sobre as múltiplas representações, diversas culturas e identidades, tudo isso demonstra que existe ainda um vasto campo para novas pesquisas e estudos.

Ao chegar ao final de um projeto é interessante pensarmos no que nos motivou a executá-lo, no nosso caso o objetivo geral era: Observar como estão sendo desenvolvidas as pesquisas sobre as políticas públicas na área educacional, voltadas para as relações étnico-raciais, buscando compreender como os resultados das mesmas vem apontando as limitações, rupturas, avanços e permanências a respeito da temática. Assim foi notório que conseguimos alcançar esse objetivo, mas que ainda existem infinitas possibilidades para novas pesquisas e que mesmo sendo repetitivo precisamos avançar na temática e na própria educação, que tudo que envolve relações sociais é mutável e pode ser aprimorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013.

ABREU Martha; MATTOS e Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. A Geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005, v. 1, p. 173-184.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EDUSP, 1982. BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório do Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Superando Racismo na Escola**. Org. MUNANGA Kalebe. Brasília, 2005.

BRASIL. Guia de livros didáticos : PNLD 2004: **História e Geografia. Séries/anos iniciais do ensino fundamental**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2003, 294p.

COSTA, Hilton. África da e pela diáspora: **pontos para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista (Org.). Coleção Cadernos NEAB-UFPR, 2013, vol 1. p. 67-81.

CURY, Carlos. Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Consolidação das leis civis**. Prefácio de Ruy Rosado de Aguiar. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2003. (Coleção história do direito brasileiro. Direito Civil, 2 v.).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 13ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Depois da democracia racial**. *Tempo Social*: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, nov. 2006.

GOMES, Nilma. Lino. **A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro**. In: SILVA, P. B. G.; BARBOSA, M. A. (Org.). *O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura Negra e Educação**. In: Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago. nº 23, 2003. p. 77, 169.

GOMES Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003

Lopes, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo, Selo Negro, 2004.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil (Ensaio histórico, jurídico, social)**. 3. ed. (2. ed. integral). Petrópolis: Vozes, 1866. 2 v.

MARÇAL, José Antonio. Política de ação afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a formação de intelectuais negros(as). Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A dialética do corpo no imaginário popular**. *Sexta-feira, antropologia, artes, humanidades*. São Paulo, Editora Pletora, 1999.

MEZAN, Renato. **Tempo de muda: ensaios de psicanálise**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. MEYER, Dagmar E. Estermann. Das (im)possibilidades de se ver como anjo... In GOMES, Nilma Lino & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Orgs.) *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MÜLLER Tânia Mara Pedroso ; COELHO Wilma de Nazaré Baía. **A LEI no. 10.639/03 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS**. Revista da ABPN • v. 5, n. 11 • jul.– out. 2013 • p. 29-54

MUNANGA, Kabengele .**Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Política de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 115-128.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Introdução à História da África. In: **Educação Africanidades Brasil**. MEC, 2006.

NEGRÃO, Esmeralda. Vailati. **Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 65, p. 52-65, maio 1988.

Nogueira, Oracy. ***Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais***. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

RACHLEFF, Peter. “Branquidade”: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos. In: WARE, Vron. **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, (org.).

Revista da ABPN • v. 5, n. 11 • jul.– out. 2013 • p. 55-82.

ROSEMBERG, Fulvia et al. Debate - Livros didáticos: análises e propostas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p. 103-105, nov. 1987.

SACRISTÁN, J.Cimeno. ***O currículo uma reflexão sobre a prática***. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (2009), “**Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade**”, Revista Direitos Humanos, 2 p. 10 – 18.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**: a trilha do círculo vicioso. 2. ed. São Paulo: Senac, 2003.

SANTOS, Sônia Querino dos Santos; MACHADO Vera Lúcia de Carvalho. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 95-112, jan./mar. 2008.

SILVA Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas**: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA Luiz Fernando Martins. **APONTAMENTOS SOCIOJURÍDICOS SOBRE O TEMA “POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA NEGROS NO BRASIL”**. Revista da ABPN v.1, n.2 – jul. – out. de 2010, p. 217-244.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. **Relações raciais em livros didáticos de língua portuguesa**. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2005.

SILVERIO, Valter Roberto . **Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos**. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVÉRIO, Valter Roberto. A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. SILVÉRIO, V. (Org.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

SOUZA, Florentina da Silva; PEREIRA Leticia Maria da Souza. Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços. **Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 51-65, jan./mar. 2013. Editora UFPR**.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**. Minas Gerais: UFMG, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Sites consultados:

Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigos/29082013/a-influencia-africana-no-processo-de-formacao-da-cultura-afro-brasileira>

Acesso em: em 21\03\15 14:48

Disponível em : <http://www.abpn.org.br/Revista/>

Acesso em: 21\08\15 21:00

Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=8482#>

Acesso: em 21\03\15 16:04

http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm

Acesso: em 06\07\15

<http://www.scielo.br/?lng=pt>

Acesso em: 28\09\15 20:53.

<HTTP://www.acaoeducativa.org.br/fdn/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-fermos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>

Acesso em: 26\09\15 18:03.